

PROVA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Prof. Gustavo Scatolino

OBS. Questão 35, 36 e 40 é direito Constitucional e 43 é de Direito Penal.

III. Nos termos da Lei Complementar 73/93, que regulamenta o art. 131 da Constituição Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional subordina-se direta e funcionalmente ao Advogado-Geral da União.

IV. Nos termos da Constituição Federal, os débitos de natureza tributária ou administrativo-infracional perante a União e qualquer de seus órgãos, desde que inscritos em dívida ativa, terão a execução promovida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

V. A AGU é a instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Assinale

A) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
B) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem incorretas.
C) se somente as afirmativas I e V estiverem corretas.
D) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
E) se somente as afirmativas II e III estiverem incorretas.

32. Com relação à aplicabilidade das normas constitucionais, analise as afirmativas a seguir.

I. O inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal Brasileira dispõe que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Esse dispositivo pode ser considerado um exemplo de norma constitucional de eficácia contida.

II. Em se tratando de normas constitucionais de eficácia limitada, dada a independência dos Poderes, a omissão do Poder Legislativo em regulamentar determinado direito não pode ser suprida pelo Poder Judiciário, ainda que para assegurar tal direito no caso concreto.

III. As normas programáticas não possuem propriamente uma eficácia jurídica, mas servem como um vetor interpretativo do ordenamento jurídico, além de orientar o Poder Público em suas ações.

Assinale

E) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

34. De acordo com a Lei 8.112/90, considera-se da família do servidor

A) apenas o cônjuge e os filhos.
B) somente os parentes de primeiro grau.
C) apenas os parentes de até segundo grau.
D) qualquer pessoa que viva às suas expensas e conste do seu assentamento individual.
E) somente o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção.

35. A respeito das Funções Essenciais à Justiça, assinale a alternativa correta.

A) O advogado representa o direito de defesa, mas não é indispensável à administração da justiça.
B) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais.
C) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República a partir de lista tríplice de cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
D) A Advocacia-Geral da União não é constitucionalmente assegurada a autonomia funcional e administrativa.
E) São princípios institucionais da Advocacia Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

36. Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar que a União tem competência para

A) legislar privativamente sobre diretrizes e bases da educação nacional.
B) legislar concorrentemente sobre registros públicos.
C) legislar privativamente sobre produção e consumo.
D) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado.

Questão 34. Letra D

Lei n. 8112/90

Art. 241. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

CARGO: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – AMARELA

37. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração são práticas constantes na Administração Pública brasileira. Nesse cenário, assinale a entidade que pertence à Administração Indireta da União.

A) Instituto Rio Branco.
B) Advocacia-Geral da União.
C) Procuradoria-Geral Federal.
D) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
E) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

38. Determinado servidor federal, aposentado por invalidez, teve o quadro clínico que comprometia seu desempenho e em razão do qual se aposentou integralmente superado. No que se refere ao possível restabelecimento do vínculo funcional ativo com a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A) Não há possibilidade de restabelecimento do vínculo ativo por meio do instituto da reversão.
B) Há possibilidade de restabelecimento do vínculo ativo por meio de recondução, desde que seja no mesmo cargo ou no resultante de sua transformação.
C) Há possibilidade de restabelecimento do vínculo ativo por meio de reintegração, desde que o servidor não tenha completado 75 anos de idade, nos termos da Lei 8.112/90.
D) Há possibilidade de restabelecimento do vínculo ativo por meio de reversão, independentemente de declaração de insubsistência dos motivos da aposentadoria por junta médica oficial, nos termos da Lei 8.112/90.
E) Há possibilidade de restabelecimento do vínculo ativo por meio de reversão, desde que observada a declaração de insubsistência dos motivos da aposentadoria por junta médica oficial, nos termos da Lei 8.112/90.

39. Sobre a organização da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

I. A desconcentração administrativa consubstancia forma de organização da Administração Pública em que as competências são distribuídas dentro da esfera hierárquica de uma mesma pessoa jurídica.
II. O Presidente da República pode, sem necessidade de lei, criar ou extinguir órgãos, entidades, cargos e funções, ressalvada a criação ou extinção de cargos e funções essenciais ao plano de carreira.

40. De acordo com as disposições orçamentárias, em qual espécie normativa deve ser aprovado o Plano Plurianual?

A) Emenda à Constituição.
B) Medida provisória.
C) Lei delegada.
D) Lei ordinária.
E) Decreto legislativo.

41. Analise as afirmativas a seguir:

I. De acordo com a Lei 9.784/1999, em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, desde que o interessado tenha previamente se manifestado.
II. A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.
III. Os serviços de telecomunicações são todos de titularidade da União, mesmo após as desestatizações ocorridas na década de 1990 e nos casos em que são prestados por particulares.

Assinale

A) se somente a afirmativa I estiver correta.

Questão 37. Letra D

Instituto Rio Branco é órgão do Ministério das Relações Exteriores.

AGU é órgão da União.

Procuradoria Geral Federal é órgão da AGU

Instituto Chico Mendes é autarquia vinculada ao MMA

Sebrae é entidade do terceiro setor do Estado.

38. Determinado servidor federal, aposentado por invalidez, teve o quadro clínico que comprometia seu desempenho e em razão do qual se aposentou integralmente superado. No que se refere ao possível restabelecimento do vínculo funcional ativo com a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

A) Não há possibilidade de restabelecimento do vínculo ativo por meio do instituto da reversão.
B) Há possibilidade de restabelecimento do vínculo ativo por meio de recondução, desde que seja no mesmo cargo ou no resultante de sua transformação.
C) Há possibilidade de restabelecimento do vínculo ativo por meio de reintegração, desde que o servidor não tenha completado 75 anos de idade, nos termos da Lei 8.112/90.
D) Há possibilidade de restabelecimento do vínculo ativo por meio de reversão, independentemente de declaração de insubsistência dos motivos da aposentadoria por junta médica oficial, nos termos da Lei 8.112/90.
E) Há possibilidade de restabelecimento do vínculo ativo por meio de reversão, desde que observada a declaração de insubsistência dos motivos da aposentadoria por junta médica oficial, nos termos da Lei 8.112/90.

39. Sobre a organização da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

I. A desconcentração administrativa consubstancia forma de organização da Administração Pública em que as competências são distribuídas dentro da esfera hierárquica de uma mesma pessoa jurídica.
II. O Presidente da República pode, sem necessidade de lei, criar ou extinguir órgãos, entidades, cargos e funções, ressalvada a criação ou extinção de cargos e funções essenciais ao plano de carreira.

42. Em relação aos crimes contra a Administração Pública, assinale a afirmativa **incorreta**.

A) Advocacia administrativa é crime praticado contra a administração da justiça.
B) Corrupção ativa é crime praticado por particular contra a administração em geral.
C) Concussão é crime praticado por funcionário público contra a administração em geral.
D) Denunciação caluniosa é crime praticado contra a administração da justiça.
E) Descaminho é crime praticado por particular contra a administração em geral.

43. De acordo com a Lei 9.784/99, o administrador, tem os

Questão 38. Letra E

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria;

39. Sobre a organização da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

- A desconcentração administrativa consubstancia forma de organização da Administração Pública em que as competências são distribuídas dentro da esfera hierárquica de uma mesma pessoa jurídica.
- O Presidente da República pode, sem necessidade de lei ou medida provisória, dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- No âmbito federal, as empresas públicas integram a Administração Pública indireta e são necessariamente pessoas jurídicas de direito privado, mas não necessariamente com capital exclusivamente pertencente à União, já que, por exemplo, admite a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno.

Assinale

A) se somente a afirmativa I estiver correta.
B) se somente a afirmativa II estiver correta.
C) se somente a afirmativa III estiver correta.
D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

40. De acordo com a Lei 9.784/99, o administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

- formular alegações e apresentar documentos, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;
- não haver cobrança por despesas processuais.

Assinale

A) se somente o item I estiver correto.
B) se somente o item II estiver correto.
C) se somente o item III estiver correto.
D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
E) se somente os itens II e III estiverem corretos.

Questão 39. Letra E. Todas estão corretas.

I – Certa

II – Certa. Art. 84, VI, da CF

III – Certa. Lei n. 13.303/16 e Decreto Lei n. 200/67

40. De acordo com a Lei 9.784/99, o administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

- formular alegações e apresentar documentos, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;
- não haver cobrança por despesas processuais.

Assinale

A) se somente o item I estiver correto.
B) se somente o item II estiver correto.
C) se somente o item III estiver correto.
D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
E) se somente os itens II e III estiverem corretos.

41. Analise as afirmativas a seguir:

- De acordo com a Lei 9.784/1999, em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, desde que o interessado tenha previamente se manifestado.
- A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.
- Os serviços de telecomunicações são todos de titularidade da União, mesmo após as desestatizações ocorridas na década de 1990 e nos casos em que são prestados por particulares.

Assinale

A) se somente a afirmativa I estiver correta.
B) se somente a afirmativa II estiver correta.
C) se somente a afirmativa III estiver correta.
D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

42. Em relação aos crimes contra a Administração Pública, assinale a afirmativa incorreta.

A) Advocacia administrativa é crime praticado contra a administração da justiça.
B) Corrupção ativa é crime praticado por particular contra a administração em geral.
C) Concussão é crime praticado por funcionário público contra a administração em geral.

Questão 41. Letra E

I – Errado

Art. 45. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

II – certa

Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

III – Certa

Art. 21. Compete à União:

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95:\)](#)

Telecomunicações é um serviço de atribuição da União. Mesmo com a delegação a particulares a União continua com a TITULARIDADE, repassando apenas a execução do serviço.

39. Sobre a organização da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

I. A desconcentração administrativa consubstancia forma de organização da Administração Pública em que as competências são distribuídas dentro da esfera hierárquica de uma mesma pessoa jurídica.

II. O Presidente da República pode, sem necessidade de lei ou medida provisória, dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

III. No âmbito federal, as empresas públicas integram a Administração Pública indireta e são necessariamente pessoas jurídicas de direito privado, mas não necessariamente com capital exclusivamente pertencente à União, já que, por exemplo, admite a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno.

Assinale

A) se somente a afirmativa I estiver correta.
B) se somente a afirmativa II estiver correta.
C) se somente a afirmativa III estiver correta.
D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

43. De acordo com a Lei 9.784/99, o administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I. formular alegações e apresentar documentos, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente no prazo máximo de 10 (dez) dias;

II. ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

III. não haver cobrança por despesas processuais.

Assinale

A) se somente o item I estiver correto.
B) se somente o item II estiver correto.
C) se somente o item III estiver correto.
D) se somente os itens I e III estiverem corretos.
E) se somente os itens II e III estiverem corretos.

Scanned by CamScanner

Questão 43. Letra B

I – Errada

Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem

III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

Não há na lei a questão do prazo de 10 dias.

II – Certa

Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

III – Errada

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

Obs. Pode haver cobrança de despesas, QUANDO HOUVER PREVISÃO EM LEI.

Gustavo Scatolino



Atualmente é Procurador da Fazenda Nacional. Bacharel em Direito e Pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo. Ex-Assessor de Ministro do STJ. Aprovado em vários concursos públicos, dentre eles, Analista Judiciário do STJ, exercendo essa função durante 5 anos, e Procurador do Estado do Espírito Santo.